



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

110

Habeas Corpus nº: 0200083-3
Comarca: Gravatá (2ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. William Ariel Arcanjo Lins
Paciente: Ademir Bernadino de Carvalho
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procurador de Justiça Criminal: Dr. José Correia de Araújo

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS COM PEDIDO LIMINAR. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIMINAR. Constrangimento ilegal com o indeferimento do pedido de processamento de medida cautelar de justificação, pelo juízo de 1º grau. Procedência. A medida de justificação deve ser processada perante o juízo da condenação, e não o das Execuções Penais. **ORDEM CONCEDIDA** para determinar o desentranhamento, processamento e análise da justificação criminal, a ser julgada perante a Vara Criminal competente da Comarca de Gravatá. **DECISÃO UNÂNIME.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº0200083-3 da 2ª Vara Criminal da Comarca de Gravatá-Pe, em que figuram, como impetrante, o Bel. William Ariel Arcanjo Lins e, como paciente, **ADEMIR BERNADINO DE CARVALHO**, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em conceder a presente ordem de *Habeas Corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 12 de janeiro de 2010


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

111

Habeas Corpus nº: 0200083-3
Comarca: Gravatá (2ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. William Ariel Arcanjo Lins
Paciente: Ademir Bernadino de Carvalho
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procurador de Justiça Criminal: Dr. José Correia de Araújo

RELATORIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo Bel. William Ariel Arcanjo Lins, OAB-PE 24.021, em favor de **ADEMIR BERNADINO DE CARVALHO**, devidamente qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Gravatá -PE.

Alega o impetrante que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, com o indeferimento desmotivado do recebimento e processamento de medida cautelar de justificação interposta perante a autoridade impetrada (fls.02/11).

Segundo a defesa, o paciente foi denunciado e condenado por infração ao art. 121, §2º, incisos I e IV, do Código Penal, sendo-lhe aplicada a pena de 15 (quinze) anos de reclusão.

Após a prolatação da sentença, o sentenciado encontrou duas testemunhas que não tinham sido ouvidas durante a instrução e que, segundo a defesa, saberiam quem seria o verdadeiro autor do delito.

Assim, buscando uma futura revisão criminal, o réu interpôs uma medida cautelar preparatória de justificação criminal perante a autoridade impetrada. Porém, o mencionado pedido não foi aceito e os autos foram devolvidos ao réu.

Em seguida, foi interposto um Mandado de Segurança distribuído, inicialmente, a 5ª Câmara Cível, ao Des. Leopoldo de Arruda Raposo, que se declarou incompetente e determinou o envio e a distribuição do *madamus* a uma das Câmaras Criminais.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



112

Em 15 de outubro de 2009, o pedido foi distribuído a esta Relatoria que, à época, indeferiu liminarmente o mesmo, por entender não ser o instrumento adequado ao pleito formulado, nos termos do art. 10 da Lei 12.016/2009.

Agora, requerem os impetrantes o deferimento do presente pedido via liminar, com a consequente determinação do recebimento e processamento da justificação criminal pretendida perante a 2ª Vara Criminal da Comarca de Gravatá.

A inicial veio acompanhada de documentos (fls. 12/43).

O pedido de liminar constante da peça inaugural foi indeferido (fls.51/52).

Informações foram solicitadas à autoridade coatora, através do ofício nº426/2009, de 04 de novembro de 2009 (fls.53).

Em 10 de novembro de 2009, a autoridade apontada como coatora prestou as informações solicitadas, ofício nº 039/2009, permitindo-me observar andamento processual até a referida data (fls.57).

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria em Matéria Criminal, na pessoa do Procurador de Justiça Dr. José Correio de Araújo, ofereceu parecer **opinando pela concessão da ordem** (fls.62/63).

É o relatório.

Recife, 12 de *Dezembro* de 2010

R. Oliveira Andrade
Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



113

Habeas Corpus nº: 0200083-3
Comarca: Gravatá (2ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. William Ariel Arcanjo Lins
Paciente: Ademir Bernadino de Carvalho
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procurador de Justiça Criminal: Dr. José Correia de Araújo

VOTO DO RELATOR

Senhor Presidente,
Senhores Desembargadores,
Senhor(a) Procurador(a)

Como já consignado no relatório, o impetrante alega, na inicial, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, com o indeferimento do recebimento e processamento de medida cautelar de justificação interposta perante a autoridade impetrada, de maneira vaga e desfundamentada, (fls.02/11).

Portanto, requer o impetrante o deferimento do presente pedido via liminar, a fim de que seja determinado o recebimento e processamento da justificação criminal pretendida perante a 2ª Vara Criminal da Comarca de Gravatá.

Compulsado os autos, verifico que o inconformismo do impetrante merece **acolhimento**.

O impetrante interpôs, perante o juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Gravatá, uma medida de justificação criminal, com a finalidade de produzir novas provas, para instruir uma futura revisão criminal.

Ressalto que o procedimento de justificação criminal é medida prévia ao ajuizamento da revisão criminal, necessária para a produção de prova testemunhal idônea a desconstituir a condenação do réu, tratando-se de medida judicial que exige distribuição por dependência e posterior autuação ao juízo responsável pela condenação, sendo atendidas as



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



114

condições da ação e pressupostos processuais, como qualquer outra ação judicial.

Em sendo medida judicial que atende aos ditames do consagrado princípio do devido processo legal, resulta que qualquer decisão firmada nos autos da justificação criminal será desafiada via recurso, que, no caso em análise, deveria ser o recurso em sentido estrito, haja vista o magistrado ter concluído pela incompetência daquele juízo, nos termos do artigo 581, inciso II, do Código de Processo Penal.

No entanto, a autoridade impetrada indeferiu o pleito formulado sob a alegação de que a petição deveria ter sido interposta perante a 2ª Vara Estadual de Execuções Penais, que, supostamente, seria o juízo competente (fls.21).

A competência para conhecer e julgar a medida cautelar de justificação judicial **cabe ao juízo processante que proferiu a sentença condenatória**, por possuir melhores condições de valorar as provas apresentadas, no caso, o Juízo de Gravatá, e não o Juízo das Execuções, onde o ora paciente apenas se apresenta para atestar o cumprimento do livramento condicional.

Neste sentido:

Justificação Criminal - Entendimento. *É da competência do Juízo da condenação, em 1ª instância, o processamento de justificação de fato relevante, destinado a instruir pedido de revisão criminal.* (TJ-SP: Apelação Criminal nº 993.08.004539-9 Relator(a): Des. Wilson Barreira, Órgão julgador: 14ª Câmara de Direito Criminal Comarca: São Caetano do Sul, Data do julgamento: 17/07/2008).

REVISÃO CRIMINAL. AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO PARA EMBASÁ-LA. PROCESSAMENTO. COMPETÊNCIA. O processamento de justificação destinada a embasar revisão criminal é de competência do juízo da condenação, por estar mais perto da prova. (...) (Revisão Criminal Nº 70008347833, Quarto Grupo de Câmaras Criminais, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antônio Ribeiro de Oliveira, Julgado em 27/05/2005).



Ademais, o caso em análise merece ser apreciado em sede de habeas corpus por envolver risco de afronta ao consagrado direito de liberdade de locomoção, como entendido em farta jurisprudência.

STJ: "Habeas corpus (cabimento). Exame de matéria processual (possibilidade). Justificação criminal (produção de provas novas). Revisão criminal (pretensão). Decisão de origem (indeferimento). 1. Determina a norma (constitucional e infraconstitucional) que se conceda habeas corpus sempre que alguém esteja sofrendo ou se ache ameaçado de sofrer violência ou coação; trata-se de dar proteção à liberdade de ir, ficar e vir, liberdade indubitavelmente possível em todo o seu alcance. 2. Assim, não procedem censuras a que nele se faça exame de matéria processual, ainda que desse exame não resultem reflexos imediatos no direito de locomoção. 3. É, portanto, o habeas corpus, meio processual adequado, sim, para se questionar decisão que indeferiu liminarmente pedido de justificação judicial cujo objetivo era a produção de novas provas para posterior ajuizamento de revisão criminal (...)" (RHC 18963 / SP 2006/0026547-8, Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA (1131), Relator(a) p/ Acórdão: Ministro NILSON NAVES (361), T-6, Data do Julgamento: 06/03/2007, Data da Publicação/Fonte: DJ 17/12/2007 p. 344)

STJ: "O habeas corpus é via adequada contra a denegação do processamento de justificação criminal com a finalidade de instruir pedido de revisão. Porém a justificação deve ser adequadamente formulada, visto que possui destinação e amplitude específicas, sendo inadmissível o pedido genérico e pouco claro (precedente citado do STF)" (HC 76.664-SP, DJ 11/9/1998. HC 11.320-SP, Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 16/5/2000)

TJRS: "Habeas corpus. Superveniência de acórdão proferido por esta Egrégia 6ª Câmara Criminal, dando provimento a recurso de apelação proposto contra o indeferimento de pedido de



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



inquirição de testemunha, em justificação criminal
interposta pela defesa do paciente. Situação do
paciente já resolvida, nesta sede. Perda de objeto.
Impetração prejudicada" (Habeas Corpus Nº
70009576299, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de
Justiça do RS, Relator: Paulo Moacir Aguiar Vieira,
Julgado em 22/06/2006) Grifo nosso

Sendo assim, acolho o parecer ofertado pelo Ministério Público de 2º grau, e VOTO PELA CONCESSÃO da ordem para determinar o desentranhamento, processamento e análise da justificação criminal, a ser julgada perante a Vara Criminal competente da Comarca de Gravatá.

É como voto.

Recife, 19 de *dezembro* de 2010

[Assinatura]
DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
Relator